

**Conselho Nacional de Justiça****Gabinete da Conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel**

Autos: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0003460-24.2020.2.00.0000**

Requerente: **ERICO CORREA SENA**

Requerido: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - TJAM**

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PANDEMIA CORONAVÍRUS. PLANTÃO EXTRAORDINÁRIO. RESOLUÇÃO CNJ Nº 313/2020. EDIÇÃO DAS PORTARIAS Nº 740/2020, 764/2020 E 840/2020 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. VARA ÚNICA DA COMARCA DE CODAJÁS/AM. TRABALHO REMOTO PRIORITÁRIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES. PEDIDO PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESTA, PARTE IMPROVIDO.

1. Alegação de não suspensão do trabalho presencial na Vara Única da Comarca de Codajás/AM em suposta contrariedade ao que determina a Resolução CNJ nº 313/2020 que instituiu o Plantão Extraordinário no âmbito do Poder Judiciário.
2. Portarias do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas que substituíram o trabalho presencial de magistrados de 1.º e 2.º graus, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias pelo trabalho remoto prioritário, assegurada a manutenção mínima dos serviços essenciais no Tribunal, em consonância com os preceitos estabelecidos por atos deste Conselho.
3. O art. 8º da Resolução CNJ nº 313/2020 autoriza os Tribunais a adotar outras medidas que se tornarem necessárias e urgentes para preservar a saúde dos magistrados, agentes públicos, advogados, servidores e jurisdicionados, desde que devidamente justificadas.
4. A precariedade do sinal de internet no interior do Estado e a necessidade de não onerar os servidores em adquirir equipamentos para realizar as atividades laborais de suas casas validam o trabalho presencial exercido por três deles na unidade

jurisdicional, com a adoção, inclusive, de medidas de prevenção ao contágio e disseminação da Covid-19.

5. Pedido conhecido em parte, e nesta, julgado improcedente.

### ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, conheceu parcialmente do pedido e, na parte conhecida, julgou-o improcedente, nos termos do voto da Relatora. Presidiu o julgamento o Ministro Luiz Fux, nos termos do artigo 5º do RICNJ. Plenário Virtual, 3 de junho de 2020. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Humberto Martins, Emmanoel Pereira, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Rubens Canuto, Tânia Regina Silva Reckziegel, Mário Guerreiro, Candice L. Galvão Jobim, Flávia Pessoa, Maria Cristiana Ziouva, Ivana Farina Navarrete Pena, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila. Não votou, justificadamente, o Excelentíssimo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux.

### RELATÓRIO

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (PP) proposto por ÉRICO CORREA SENA em desfavor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS (TJAM) que, nos termos da Portaria nº 740 – GABPRES, de 19 de março de 2020, não teria suspenso a realização de trabalho presencial no Judiciário Estadual, em suposta contrariedade com as Resoluções CNJ nº 313, de 19 de março de 2020, e nº 314, de 20 de abril de 2020.

O requerente ainda aponta supostos atos de assédio moral praticados por JESSÉ DO NASCIMENTO DA SILVA, diretor de secretaria da Vara Única da Comarca de Codajás/AM.

Inicia suas argumentações alegando que o diretor de secretaria da Vara Única de Codajás/AM descumpe Portarias do TJAM e Resoluções do CNJ ao não suspender o trabalho presencial dos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores ante a pandemia do Covid-19, mantendo o funcionamento dos trabalhos das 8h às 14h, de segunda à sexta-feira, com trabalho presencial interno.

Prossegue explanando que o horário do expediente da unidade vai de encontro ao art. 2º e § 1º da Portaria nº 740/2020-GABPRES/TJAM, de 19 de março de 2020, quando esta estipulou que o expediente presencial seria das 8h às 11h, em sistema de rodízio entre os servidores. Sustenta a revogação tácita desta norma pelo art. 2º, *caput*, da Portaria nº 764/2020-GABPRES/TJAM, que, em sintonia com o art. 2º, *caput*, Resolução CNJ nº 313/2020 do CNJ, determinou o funcionamento em Plantão Extraordinário, importando na suspensão do trabalho presencial dos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias, assegurada a manutenção dos serviços essenciais do Tribunal. Ademais, aponta que o art. 1º e ss da Portaria nº 870/2020-PTJ/TJAM determinaram apenas a expedição de mandados judiciais em caráter de urgência.

Consigna que o art. 1º, *caput*, da Resolução CNJ nº 314/2020 prorrogou para o dia 15 de maio de 2020 o prazo de vigência da Resolução no 313, de 19 de março de 2020, enquanto o *caput* do art. 6º vedou o reestabelecimento do expediente presencial.

Diante do contexto, o requerente reproduz conversa mantida em grupo de rede social no qual o diretor de secretaria, Jessé do Nascimento Silva, se manifestou em relação ao exercício do trabalho presencial e horário de expediente. Afirmou que a maioria – dos servidores da vara - estaria de acordo com o modo como foi estabelecido o expediente regular, além de asseverar que o Plantão Extraordinário funcionaria em idêntico horário de expediente (8h às 14h) de segunda à sexta-feira, devendo ser substituído por trabalho remoto "prioritário", conforme os atos mencionados.

Em relação à Comarca de Codajás/AM, o diretor seguiu expondo sua opinião ao declarar *“ser inadmissível exigir que o servidor adquira um notebook ou computador, contrate um plano de internet e passe a trabalhar remotamente, diante dessa particularidade e principalmente considerando essa inviabilidade material acima delineada é que nos levou a optar pelo expediente interno sem atendimento presencial do público escudado na letra da lei que determina "prioritário" e não "obrigatório" a adoção do modo mais eficaz e eficiente tanto para o Fórum de Justiça, quanto para o jurisdicionado e principalmente os servidores, não deixando dessa forma de cumprir a lei, tampouco de resguardar a saúde e a vida dos servidores e da população em geral”,* e finalizou por manter o expediente tal como apresentado.

Diante disso, o requerente explana ter ingressado com PCA neste Conselho, distribuído à e. Conselheira Maria Tereza Uille (0002953-63.2020.2.00.0000), no qual apontou as mencionadas ilegalidades. Relata, no entanto, que sua pretensão não foi conhecida diante do fundamentado pela relatora de não competir a ela qualquer providência em relação ao TJAM acerca do cumprimento da Resolução CNJ nº 313/2020, nos termos do despacho proferido pelo Ministro Dias Toffoli, nos autos do Ato Normativo nº 0002313-60.2020.2.00.0000.

O postulante acredita que, após esses fatos e também por externar que somente executaria atividades inerentes ao seu cargo (assistente judiciário), começou a ser vítima de assédio moral praticado pelo diretor de secretaria quando este determinou a retirada de seu acesso ao sistema Projudi e o colocar à disposição do TJAM - no seu conceito, como forma de punição - para relotação em outra comarca da mesma sub-região.

O requerente revela espanto em relação às imputações feitas contra ele no processo administrativo (ser desagregador da equipe, alguém que prejudica a o desenvolvimento das atividades laborais, gera instabilidade na hierarquia e causa tensão entre os demais servidores), já que sempre recebeu nota máxima nas avaliações funcionais durante seus três anos de serviço público.

Pede pelo deferimento de medida cautelar incidental para: *i)* restabelecimento de seu acesso no sistema Projudi do TJAM para exercício de seu ofício; *ii)* permanecer lotado na Vara Única da Comarca de Codajás/AM e continuar a exercer as atividades inerentes ao seu cargo, Assistente Judiciário; *iii)* se garanta o exercício de trabalho remoto durante a pandemia em período estabelecido pela Resolução deste CNJ; *iv)* que o requerido seja compelido a dar efetividade ao estabelecido nas Portarias nº 740 e 764/2020 – GABPRES TJAM e Portaria nº 870/2020 – PTJ TJAM, em especial à suspensão do trabalho presencial na Vara Única da Comarca de Codajás/AM; *v)* determinação para que o diretor de secretaria se abstenha de praticar atos de assédio moral contra o requerente.

No mérito, postula pela convalidação da medida liminar, dando-se procedência total ao pedido.

Instado, o TJAM declara que o requerente foi colocado à disposição da Divisão de Gestão de Pessoas para que esta adotasse as providências para sua relocação/remoção para outra comarca integrante da sub-região que Codajás integra (Id 3975872).

Em relação ao restabelecimento de seu acesso ao Projudi, o TJAM justifica sua desnecessidade uma vez que o requerente não está a desempenhar as funções do cargo, posto estar sem lotação. Acrescenta que o ato de disposição de servidor se circunscreve à independência funcional do magistrado e encontra-se nos critérios de conveniência e oportunidade administrativas e o pedido de permanência na Vara Única da Comarca de Codajás/AM integra processo administrativo sob apreciação da Divisão de Gestão de Pessoas para tomada das providências necessárias. Entende que a apuração do apontado assédio moral é da competência da Corregedoria-Geral de Justiça.

Sobre o combate à pandemia, a Corte esclarece ter adotado várias medidas para evitar a disseminação do novo coronavírus em todas as unidades jurisdicionais e setores administrativos, para preservação da saúde dos servidores, magistrados, estagiários, colaboradores terceirizados, advogados e partes, tanto na capital quanto no interior. Pontua que, nessas regiões, se faz necessário observar as peculiaridades locais e, ao que se constata, os servidores lotados na comarca de Codajás/AM deliberaram no sentido de que o expediente fosse cumprido internamente e sem a realização de atendimento ao público. Entende que a situação encontra justificativa tanto na prevenção ao novo coronavírus quanto pela precariedade do serviço de internet no interior do Estado e na necessidade de desonerar os servidores do encargo de adquirir equipamentos e contatar planos individuais de acesso à internet para exercer seu ofício, assim como exposto em mensagens trocadas em grupo de rede social.

Assim, o requerido conclui suas informações defendendo a inexistência de vícios nos procedimentos e pugna pelo indeferimento da liminar.

Ouvidas as partes, indeferi o pleito cautelar e limitei o objeto deste procedimento ao pedido relativo à possibilidade de exercício de trabalho remoto durante a pandemia em período estabelecido por Resoluções deste CNJ e ao cumprimento das Portarias nº 740/2020, e 764/2020 – GABPRES TJAM e nº 870/2020 – PTJ TJAM, em especial à suspensão do trabalho presencial na Vara Única da Comarca de Codajás/AM, uma vez que o suposto assédio moral constitui matéria do PCA nº 0002953-63.2020.2.00.0000, de relatoria da e. Conselheira Maria Tereza Uille.

Esclarecimentos adicionais foram solicitados ao requerido o qual informou que a Resolução nº 12/2012 – DVEXPED-TJ/AM, dispôs sobre o horário de expediente nos Órgãos do Poder Judiciário do Estado (comarca de Manaus e comarcas do interior), estabelecendo o período de 8h às 14h, de segunda à sexta-feira, com possibilidade de flexibilização para estabelecer horário diverso, nas comarcas do interior, cujo pedido é decidido pelo Tribunal Pleno (Id 3992319).

Acrescenta que a norma determina o funcionamento de serviços para o recebimento de petições das 14h às 17h nos dias úteis, exclusivamente para fins de contagem de prazo processual, ainda que seja autorizado período de funcionamento diferenciado. Pelo ato, destaca que os juízes e os diretores dos fóruns são obrigados a observar e a fazer cumprir os horários de expediente, sob pena de responsabilidade funcional.

Especificamente sobre os serviços na Vara Única da Comarca de Codajás/AM, o magistrado confirma o cumprimento das Resoluções deste Conselho e explica que o expediente normal do fórum vai das 8h às 14h, com plantão até às 18h, com força de trabalho composta por 3 (três) servidores efetivos (o diretor de secretaria e dois oficiais de justiça), 1 (uma) estagiária e 4 (quatro) agentes públicos cedidos pelo Executivo Municipal (Id 3992320).

Assevera que, observada as peculiaridades locais, nem todos os servidores dispõem de serviço de internet e de dispositivos de informática na residência, ficando estabelecido que estes, em número de 3 (três), poderiam cumprir expediente interno no fórum, sem atendimento ao público, ocupando salas separadas, com uso de máscaras e atendendo recomendações das autoridades de saúde, enquanto os demais realizam trabalho remoto.

Sobre os oficiais de justiça, o magistrado realça que estes desenvolvem as atividades conforme Portaria nº 870/2020 – PTJ, a fim de cumprir as matérias urgentes e essenciais e sob as medidas de prevenção estabelecidas pelas autoridades de saúde.

Acrescenta ter disponibilizado e-mail institucional e telefone, com opção de uso de aplicativo de mensagem, para atendimento ao público externo.

**É o relatório.**

### **VOTO**

De entrada, cumpre esclarecer que o feito não comporta o conhecimento de todos os pedidos apresentados, porquanto o requerente propôs o PCA nº 0002953-63.2020.2.00.0000, de relatoria da e. Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, no qual impugna o suposto assédio moral e o ato que o colocou à disposição para lotação em outra Comarca, inclusive, com redação idêntica à lançada neste procedimento. Diante da litispendência, conheço apenas o pedido constante no item “d”, uma vez que estou preventa para avaliar as demandas administrativas que questionem a validade dos atos e/ou que apontem o descumprimento da normativa do CNJ editadas pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), conforme decidido nos autos do Ato nº 0002313-60.2020.2.00.0000 pelo e. Ministro Presidente, Dias Toffoli.

Assim, o cerne deste procedimento está em avaliar eventual contrariedade das atividades exercidas na Vara Única da Comarca de Codajás/AM com as Resoluções nº 313/2020 – e subsequentes – relativas ao estabelecimento do Plantão Extraordinário.

De amplo conhecimento, o atual regime de trabalho implementado no Poder Judiciário foi instituído pela Resolução CNJ nº 313, de 19 de março de 2020, com o fim de uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, prevenir o contágio pelo novo Coronavírus ao tempo em que garante o acesso à justiça no período emergencial.

Previsto para perdurar até 30 de abril de 2020, o regime sofreu modificações diante do avanço da doença no Brasil e foi sucessivamente prorrogado pelas Resoluções CNJ nº 314, 318 e atualmente pela Portaria CNJ nº 79, de 22 de maio de 2020, que o estendeu até o dia 14 de junho.

Por se tratar de normas cogentes, os atos expedidos pelos Tribunais Pátrios devem guardar observância com o estipulado pelas normas do CNJ e não seria diferente em relação ao teor das matérias disciplinadas pelo TJAM. Assim, dentre os fatos mencionados pelo requerente, impõe-se a verificação da legalidade das Portarias editadas pelo TJAM de nº 740-GABPRES/TJAM, de 19 de março de 2020 (Id 3965989), 764-GABPRES/TJAM, de 20 de março de 2020 (Id 3965991), e 870 PTJ, de 6 de abril de 2020 (Id 3965993).

Cumpre, então, transcrever seus termos para uma melhor compreensão:

**Portaria nº 740, de 19 de março de 2020- GABPRES/TJAM:**

Art. 1º - Esta Portaria dispõe sobre o excepcional horário do expediente forense e administrativo do Tribunal de Justiça do Amazonas

Art. 2º - O expediente presencial do Poder Judiciário em todo Estado do Amazonas será de 8h às 11h.

§ 1º Caberá ao magistrado e chefe de cada divisão elaborar escala, garantindo a presença de 01 (um) servidor, em sistema de rodízio, em cada gabinete, vara da capital e interior e setor administrativo. (destaquei)

**Portaria nº 764, de 20 de março de 2020-GABPRES/TJAM:**

Art. 1.º Estabelecer o regime de Plantão Extraordinário, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários e garantir o acesso à justiça neste período emergencial, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19.

Art. 2.º O Plantão Extraordinário, que funcionará em idêntico horário ao do expediente forense regular, importa suspensão do trabalho presencial de magistrados de 1.º e 2.º grau, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias, devendo ser substituído por trabalho remoto prioritário, assegurada a manutenção mínima dos serviços essenciais neste Tribunal. (destaquei).

§1º. São consideradas atividades essenciais:

I – a distribuição de processos judiciais e administrativos, com prioridade aos procedimentos de urgência;

II – a manutenção de serviços destinados à expedição e publicação de atos judiciais e administrativos;

III – o atendimento aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da polícia judiciária, de forma remota e, excepcionalmente, de forma presencial, em consonância com cada escala de plantão em regime stand by (sobreaviso) do respectivo gabinete, vara (capital e interior) ou setor;

IV – a manutenção dos serviços de pagamento, segurança institucional, comunicação, tecnologia da informação e saúde; e

V – as atividades jurisdicionais de urgência previstas nesta Portaria.

§2.º As chefias dos serviços e atividades essenciais descritos no parágrafo anterior deverão organizar a metodologia de prestação de serviços, prioritariamente em regime de trabalho remoto, exigindo-se o mínimo necessário de servidores e estagiários em regime de trabalho presencial, quando for o caso.

§3.º A execução das atividades por trabalho remoto deve obedecer ao disposto na Resolução TJAM n.º 4/2017, que instituiu o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário amazonense, no que dispõe sobre a responsabilidade para com o ambiente de trabalho remoto, bem como sobre a aferição de índices de produtividade, conforme atividades delegadas pela chefia imediata.

§4.º Ao término do período excepcionalmente autorizado para realização do trabalho remoto, de que trata esta Portaria, o gestor da unidade deverá encaminhar à Divisão de Gestão de Pessoas, para os devidos fins, relatório detalhado de produtividade de cada servidor remoto, no qual deverá constar as atividades realizadas, processos trabalhados, bem como demais tarefas desenvolvidas, de forma a demonstrar o quantitativo de trabalho produzido. §5.º Não poderão ser convocados para atendimento presencial, sob nenhuma circunstância, magistrados, servidores e colaboradores identificados como integrantes de grupo de risco, que compreende idosos, grávidas, pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, e as que retornaram, nos últimos quatorze dias, de viagem a regiões com alto nível de contágio.

§6.º A Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação permanecerá em regime de plantão permanente para suporte remoto à capital e interior, devendo contar, para tanto, com no mínimo (2) dois servidores para cada sistema e serviço, cujos números dos telefones celulares e e-mails devem ser disponibilizados no portal do TJAM.

§7.º Os contratos administrativos celebrados com as empresas terceirizadas serão mantidos, tendo estas a obrigação de manter o contingente de pessoal necessário ao atendimento das

demandas deste Tribunal.

§8.º Os serviços de conservação e limpeza deverão ser mantidos com o mínimo de funcionários, em regime de escala. A prestadora deve fornecer todo EPI específico de combate ao Coronavírus, devendo seguir o protocolo de prevenção recomendado pelos órgãos de vigilância sanitária e de saúde.

Art. 3.º Fica suspenso o atendimento presencial de partes, advogados e interessados, que deverá ser realizado remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis.

§1.º Cada unidade judiciária deverá manter canal de atendimento remoto, disponibilizando ao menos dois números de telefones e dois e-mails institucionais, que deverão ser divulgados no portal de serviços do Tribunal de Justiça.

§2.º Frustrado o atendimento na forma do parágrafo primeiro, o Tribunal providenciará meios para atender, presencialmente, advogados públicos e privados, membros do Ministério Público e Polícia Judiciária, durante o expediente forense, em conformidade com o art. 2.º, §1.º, desta Portaria.

Art. 4.º Fica garantida, durante o período de Plantão Extraordinário, a apreciação das seguintes matérias:

I – habeas corpus e mandado de segurança;

II – medidas liminares e de antecipação de tutela de qualquer natureza, inclusive no âmbito dos juizados especiais;

III – comunicações de prisão em flagrante, pedidos de concessão de liberdade provisória, imposição e substituição de medidas cautelares diversas da prisão, e desinternação;

IV – representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária;

V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, interceptações telefônicas e telemáticas, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VI – pedidos de alvarás, justificada a sua necessidade, pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores,

substituição de garantias e liberação de bens apreendidos, pagamento de precatórios, Requisições de Pequeno Valor – RPVs e expedição de guias de depósito;

VII – pedidos de acolhimento familiar e institucional, bem como de desacolhimento;

VIII – pedidos de progressão e regressão cautelar de regime prisional, concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas e pedidos relacionados com as medidas previstas na



Recomendação CNJ no 62/2020;

IX – pedidos de cremação de cadáver, exumação e inumação; e X – autorização de viagem de crianças e adolescentes, observado o disposto na Resolução CNJ no 295/2019.

§1.º O Plantão Extraordinário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantões anteriores, nem à sua reconsideração ou reexame.

§2.º Nos processos envolvendo réus presos e adolescentes em conflito com a lei internados, aplica-se o disposto na Recomendação CNJ n.º 62, de 17 de março de 2020.

Art. 5.º Ficam suspensos os prazos processuais, a contar da publicação desta Portaria, até o dia 30 de abril de 2020.

Parágrafo único. A suspensão prevista no caput não obsta a prática de ato processual necessário à preservação de direitos e de natureza urgente, respeitado o disposto no artigo 3.º desta Portaria.

Art. 6.º A regulamentação do artigo 9.º da Resolução n.º 313, do Conselho Nacional de Justiça, será tratada em portaria específica.

Art. 7.º No período de vigência desta Portaria fica mantido o regular funcionamento e as regras do plantão judiciário ordinário, estabelecidas na Resolução CNJ n.º 71/2009, que devem ser aplicadas com as adaptações aqui estabelecidas quanto ao trabalho remoto.

Art. 8.º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pela Presidência do Tribunal de Justiça e pelas Secretarias Gerais de Justiça e de Administração, no que couber.

Art. 9.º Os processos eletrônicos seguem sua tramitação normal, devendo ser apreciados pelos juízos naturais de 1.º e 2.º grau. Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade até 30 de abril de 2020, prorrogável por portaria do Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, enquanto subsistir a situação excepcional que levou à sua edição, revogados todos os normativos internos que dispuserem em sentido contrário.

Pela leitura da Portaria nº 764/2020, verifica-se ter se operado a revogação tácita da de nº 740 diante do enunciado do art. 1º, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): “[a] lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior” (destaquei).

No diploma legal em vigor, o TJAM manteve o funcionamento de seus serviços em idêntico horário ao do expediente forense regular (das 8h às 14h, conforme instituído pela Resolução nº 12/2012 - DVEXPED-TJ/AM – Id 3992321), com suspensão do trabalho presencial de magistrados de 1.º e 2.º graus, servidores, estagiários e

colaboradores nas unidades judiciárias, e a substituição por trabalho remoto prioritário, assegurada a manutenção mínima dos serviços essenciais no Tribunal.

Nesse aspecto, há estrita observância aos termos da Resolução CNJ nº 314, a qual fez coincidir o regime diferenciado de trabalho com o horário forense regular, sem autorizar, por ora, disposições em sentido diverso ou estabelecer expediente assemelhado ao recesso forense (art. 6º, § 5º), situação que levaria ao reconhecimento de nulidades na Portaria nº 764/2020.

A trilhar esse raciocínio, o sistema estabelecido pela Corte não se contrapõe ao editado por este Conselho, pois em cumprimento à disposição da Resolução CNJ nº 313, o requerido suspendeu o trabalho presencial e o substituiu pelo remoto, prioritariamente. A redação do art. 2º, da Portaria nº 764/2020 é muito semelhante ao que dispõe a Resolução, uma vez ter consagrado o Plantão Extraordinário com funcionamento idêntico ao horário do expediente forense regular, suspender o trabalho presencial de magistrados de 1.º e 2.º graus, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias, e o substituir por trabalho remoto prioritário.

Destaca-se que nas duas normas houve primazia do teletrabalho em relação ao presencial, e não a exclusividade daquele sobre este, já que se permite a presença de um número mínimo de servidores para desempenhar as atividades definidas como essenciais.

Inobstante, nesse momento de grande sacrifício humano e da imposição do distanciamento social como uma das medidas mais efetivas para se evitar o contágio pelo Coronavírus, a realização de trabalho remoto deveria poder contar com uma boa transmissão de dados, equipamentos e mobiliários adequados. No entanto, não é o que se afigura, pois também se revelam precário o serviço de internet no interior do estado e nem todos os servidores possuem estrutura e equipamentos adequados para executarem o trabalho de suas casas.

Desse modo, justifica-se a situação dos três agentes públicos, dentre os oito lotados na vara, que estão a prestar o trabalho de forma presencial, contudo, observa-se que medidas de prevenção ao contágio e à disseminação do Covid-19 foram adotadas, na conformidade do estabelecido pelo art. 8º, da Resolução CNJ nº 313/2020:

Art. 8º Ficam autorizados os tribunais a adotar outras medidas que se tornarem necessárias e urgentes para preservar a saúde dos magistrados, agentes públicos, advogados, servidores e jurisdicionados, devidamente justificadas.

Acrescente-se que, conforme cópia da conversa apresentada pelo requerente mantida em grupo de rede social, parte dos servidores lotados na comarca mostraram-se favoráveis com a forma de prestação de trabalho sem notícias de oposições declaradas, à exceção do requerente (Id 3965987).

Em arremate, vícios também não se verificam em relação à Portaria nº 870/2020-PTJ (Id 3965993):

**Portaria nº 870/2020-PTJ**

Art. 1.º Determinar que apenas sejam expedidos os mandados judiciais em consonância com matérias relacionadas no art. 4.º, da Portaria 764/20 – GABPRES, devendo o servidor responsável pela confecção disponibilizá-los em repositório específico para evitar a necessidade de contato.

Art. 2.º Determinar que permaneça suspensa a emissão e a movimentação de mandados judiciais destinados ao cumprimento de diligências que não tratem das matérias dispostas no art. 4.º, da Portaria 764/20 – GABPRES, até o dia 30 de abril do corrente ano, caso não seja prorrogado o prazo.

Art. 3.º Determinar o cancelamento e a devolução de todos os mandados judiciais que tenham sido eventualmente expedidos para citação/intimação para o comparecimento em audiências designadas até o dia 08 de maio do corrente ano, uma vez que os Oficiais de Justiça Avaliadores somente retomarão suas atividades ao final do mês de abril e, por conseguinte, não haverá tempo hábil para o cumprimento das diligências designadas para o início do mês de maio.

Art. 4.º Determinar à Coordenação da Central de Mandados de cada Comarca, onde houver, e/ou Secretaria da Vara que proceda à gestão dos mandados judiciais já expedidos, cancelando e devolvendo aqueles que contrariem esta Portaria, permanecendo na Central de Mandados ou Secretaria, aguardando a retomada das atividades, os demais mandados judiciais.

[...]

Art. 7.º Ficam designados para cumprimento das medidas elencadas no art. 4º, da Portaria 764/20 – GABPRES, os oficiais de justiça plantonistas já definidos, bem como para atendimento aos juízos plantonistas ordinários.

§ 1.º Poderá ser convocado qualquer oficial de justiça para atuar em plantão ou para cumprir diligências referentes à matéria do art. 4.º, da Portaria 764/20 – GABPRES, salvo aqueles que se encontrem dentro do grupo de risco estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas.

§ 2.º Fica suspenso, até o dia 30 de abril do corrente ano, o recolhimento da assinatura em qualquer mandado judicial, bastando a certidão do oficial de justiça como prova do cumprimento da medida, para que haja o menor contato físico entre o servidor e o destinatário da medida.

Além de o requerente não apontar qual seria a ilicitude cometida pelo juiz da Vara Única da Comarca de Codajás/AM em relação aos oficiais de justiça, o que se constata, novamente, é a adequação do ato do TJAM com as Resoluções deste Órgão no sentido de garantir a continuidade da prestação jurisdicional em concomitância com a preservação da saúde de todos aqueles que participam e necessitam dos serviços prestados pela justiça.

Pelo exposto, conheço parcialmente do pedido e, na parte conhecida, julgo-o IMPROCEDENTE, nos termos do art. 24, VII, do RICNJ.

É como voto.

Brasília, data registrada no sistema.

**TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL**

**Conselheira relatora**



Assinado eletronicamente por: **TANIA REGINA SILVA RECKZIEGEL**

**03/06/2020 18:23:03**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **4002741**



20060318230354400000003620206